



www.sinasempu.org.br

ANO XIV N° 87 - MAIO DE 2010

Conscientizando

Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - SINASEMPU

RENOVAÇÃO

Em pouco mais de dois meses de gestão, a nova Diretoria Executiva Nacional do SINASEMPU, "Renovar é preciso", já mostrou a que veio e qual tônica norteará o seu mandato. Uma nova forma de trabalhar, marcada pelo profundo interesse pelas causas dos servidores, além de uma grande renovação em todos os aspectos estruturais do Sindicato, a começar pela nova sede, são alguns dos exemplos apresentados nesta edição que comprovam a preocupação da nova gestão em escrever uma nova página na história do legítimo Sindicato dos Servidores do MPU.

Esta é a primeira edição de nosso jornal do SINASEMPU após a gestão Renovar é Preciso ser empossada. Os ventos da renovação chegaram ao sindicato o que vai trazer um novo tempo de avanços, conquistas, mais participação e a presença lado a lado com os servidores do MPU, os amparando em suas demandas e anseios.

Não pretendemos acirrar disputas políticas ou desavenças, nem durante o longo e conturbado processo eleitoral esta foi uma prática por nós assumida. A criação de uma agenda positiva e construtiva que leve a consolidação do SINASEMPU como a instituição que tem como finalidade atender melhor, a cada vez, as demandas geradas pelos colegas do MPU, sendo eles filiados ou não ao sindicato. Isto é o que trará uma melhoria no desempenho da instituição que de fato e direito deve representar os servidores desta tão valorosa e importante instituição para a vida nacional que é o MPU.

Neste número falaremos de assuntos como a articulação para a aprovação de nosso PCS de forma que atenda as expectativas de todos no MPU. Esta batalha é importantíssima e se constituiu no ponto de maior importância, no momento, para os servidores. A valorização de todo o quadro funcional do MPU é a nossa meta. A aprovação do PL 6697/09, que altera o PCS dos servidores do MPU, esta caminhando. No momento o referido PL se encontra na segunda etapa de tramitação na Câmara dos Deputados. Após ser aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP agora ele encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação – CFT.

O choque de gestão e a transparência implantados pela gestão Renovar é Preciso também estão na edição, pois desta forma é que será comandado o SINASEMPU em nossa gestão. Não podemos esquecer-nos de assuntos como, a criação de uma ouvidoria interna no MPU, a mudança da sede do sindicato, uma pequena entrevista com Marcos Lisboa, diretor de Mobilização do SINASEMPU.

Levando em consideração o atual momento que atravessa a economia mundial em que a Grécia passa por grandes dificuldades, e países como Espanha, Portugal e Itália são rondados por desconfiança, nós servidores públicos do Brasil devemos estar unidos. Neste momento o mais importante é um pacto de todos em prol do bem comum de toda a categoria, não devemos perder tempo.

A mobilização dos servidores do MPU é o caminho que nos levará a renovar o SINASEMPU e atingir o patamar de uma instituição representativa e presente. Não devemos nos motivar por diferenças políticas ou ideológicas, pois assim não conseguiremos nos unir o que só ajudará aos que não estão preocupados com o sucesso dos servidores em seus pleitos mais importantes.

EXPEDIENTE

Diretoria

Presidente: Edilene Vasconcelos de Freitas

Vice-Presidente: Cleiton Custódio

Secretária-Geral: Maria Vanilda Batista Nunes

Primeiro Secretário: Luiz Alberto Bauer

Financeiro: Osmaldo de S. Ferreira e João de Jesus dos S. Brito

Jurídico: Marcelo Falconi Cardoso e Ricardo Honorato de Souza

Políticas Sociais e Cidadania: Mário Félix da Silva

Mobilização e Formação Sindical: José Marcos Lisboa dos Santos

Comunicação e Imprensa: Rogério Postai

Suplentes: Amaro Florêncio da Silva, Maria Aparecida do Carmo Lopes

Comunicação

Diretor: Rogério Postai

Equipe

Redação e edição: Luanna Ramos (8193 - DF)

Joca Bastos (7723 MTB)

Fotos: Luanna Ramos

Projeto gráfico e diagramação: Luanna Ramos

Tiragem: 7.000 exemplares

Impressão: Gráfica Stephanie

Mai de 2010

Nosso endereço: SRTVS nº 701, Edifício Assis Chateaubriand Torre II, salas 120, 122, 124, 128, 130 e 132. Asa Sul, Brasília – DF.
CEP: 70.340-906. Telefone/fax: 0800 704 2819/(61) 3322-5480 - imprensa@sinasempu.org.br/ascom@sinasempu.org.br

União, caminho da vitória!

*Leilton Ader Calasan

A verdade é que vivemos um período delicado, e as conseqüências da inércia pessoal e política se mostram definitivas e terríveis. Observamos inúmeros oportunistas que sob as bandeiras da justiça, da igualdade e de um pretensa contenção de gastos públicos, mais uma vez escolhem os servidores públicos como bode expiatório. Não seria mais fácil punir e obrigar aqueles que desviam verbas públicas em proveito próprio? Que tal criarmos uma lei que puna os corruptos com prisão perpétua e devolução integral dos valores desviados com o acréscimo de uma multa de 100%? Seria pedir muito para um país como o nosso não é mesmo? Não, não seria. Na verdade temos a obrigação de nos defendermos. A cisão de uma categoria é o instrumento acolhedor dos aproveitadores! Para evitar que pessoas iníquas tenham êxito, é crucial que reflitamos sobre nosso comportamento enquanto grupo. Os animais mais primitivos sabem que sozinhos são fracos, mas quando atacam juntos, passam a ter uma chance muito maior.

O ataque de formigas é devastador, de abelhas, de um grupo de vespas, enfim, mesmo os maiores animais podem ser vencidos quando são atacados por um enxame. O fato é que estamos próximos de um período de eleição, divididos, representamos poucos votos, mas todos servidores e suas

famílias unidos, possuem muitos votos! Antes que propostas absurdas nos destruam, precisamos deixar de votar nas pessoas que apresentam projetos contra os servidores, e em todos aqueles que pensem de igual maneira. Além disso, é de extrema importância que tenhamos uma bancada de

servidores nas casas legislativas, para efetivamente lutarem contra tais aspirações. Devemos agora, exatamente neste período, renovarmos e firmarmos acordos com aqueles que nos apóiam, e fincar uma bandeira contra aqueles que falsamente se aproveitam de seus cargos para denegrirem a imagem dos servidores públicos do Brasil!

Precisamos de propostas que revitalizem os serviços públicos!

De projetos de lei que promovam a educação e qualificação dos servidores, todos vinculados ao planejamento estratégico de cada poder.

De medidas que reduzam o percentual de impostos pagos pelos servidores.

De ações que criem um programa de moradia e saúde para os servidores.

Enfim, precisamos de consideração, respeito e qualidade de

vida, para que possamos doar ao país, exatamente aquilo que o país nos concede!

Lamentamos o fato de que alguns líderes entendam muito de política pobre e corrupta e não de gestão pública. Sabemos que gerir mal é o problema de nosso país!



Presidente do SINASEMPU reúne-se com servidores em Minas Gerais



A presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, reuniu-se no dia 9 de abril com os servidores do MPU no Estado de Minas Gerais.

A visita além de atender a uma reivindicação dos servidores no Estado, vai ao encontro das políticas de aproximação com a base que estão sendo implantadas pela nova diretoria nacional do sindicato.

“Essas reuniões funcionam como indicadores a respeito da atuação do SINASEMPU nos Estados, e das deficiências que precisamos corrigir”, afirmou Edilene, que avaliou positivamente os encontros realizadas em Belo Horizonte.

PRT 3ª Região (foto acima)

A Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região foi a primeira unidade a receber a visita da presidente do SINASEMPU e do vice-diretor financeiro, João Brito.

Na ocasião, Edilene apresentou

os informes relativos ao PL 6697/09 (Plano de Carreira dos Servidores do MPU), além de outros Projetos que são de interesse da categoria, como o PLP 549/09 (congelamento salarial).

Sobre o PCS, Vasconcelos esclareceu que o pedido de vista feito pelo deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS) queima uma etapa da tramitação do Projeto na CTASP.

Ao ser questionada sobre possíveis dificuldades para a apreciação do Projeto nessa semana, Edilene informou que as mesmas existem, mas que, levando em conta o apoio demonstrado pelos deputados ao Projeto, as chances de aprovação são bem maiores.

Para a servidora Angélica Ribeiro Mendes a visita do Sindicato ao Estado foi bastante positiva. “Pelo que tenho acompanhado nesses últimos movimentos com relação a uma resposta da administração para o servidor,

sinto que estamos sendo acompanhados, não estamos sozinhos. Apesar de a Instituição ter esse compromisso de lidar com o lado humano nas questões, dentro da própria casa, estamos nos sentindo meio de lado. Por isso, é tão importante ter esse apoio e ninguém melhor do que o Sindicato para oferecer”, disse.

Na mesma tarde, a presidente ainda se reuniu com a procuradora-chefe da PRT 3ª Região, Elaine Noronha Nassif. Também participaram do encontro o vice-diretor financeiro, João Brito, e os servidores Cássia Guimarães e Roberto Loureiro, integrantes da Comissão dos servidores da PRT 3ª Região.

Na ocasião, Edilene falou sobre o novo momento pelo qual atravessa o SINASEMPU e pediu apoio da procuradora para aprovação do PL 6697/09. Nassif sinalizou positivamente ao pedido do Sindicato, e desejou sucesso a nova gestão.

PR/MG (foto abaixo)

Na Assembléia realizada com os servidores da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, o Plano de Carreira, o papel político do Sindicato e a sua atuação nas bases, e a situação dos Técnicos de Apoio Especializado (sem especialização), foram alguns dos tópicos que constaram da pauta de discussões com a categoria.

Sobre o PCS, Edilene voltou a explicar sobre a situação do Projeto no Congresso, ressaltando a importância da participação dos servidores ao longo do processo.

Ao ser questionada sobre o papel político que o Sindicato deve desempenhar em favor dos direitos dos servidores, Edilene foi franca ao dizer que uma das preocupações do Sindicato, no momento, é reconquistar o seu espaço e retomar o seu crescimento. "Será necessário uma reorganização profunda na estrutura administrativa da Entidade para que isso ocorra", declarou.

Com relação à situação difícil pela qual os TAE estão passando em diversas localidades, Edilene explicou que

o Sindicato tem trabalhado na busca por soluções que possam resolver o problema desses colegas, dentre elas, a realização de um estudo jurídico que apresente à Administração a medida mais adequada a ser tomada para resolver a situação.

Ainda na unidade, a presidente e o vice-diretor jurídico do SINASEMPU reuniram-se com o procurador-chefe da PR/MG, Tarcísio Humberto Filho.

Durante o encontro, o procurador buscou informações sobre a situação da seção sindical do SINASEMPU no Estado e sobre a tramitação do PCS no Congresso.

Edilene informou que os servidores já estão se organizando para reativar a seccional e que, com relação ao PCS, seria muito importante a colaboração do procurador junto aos parlamentares do Estado.



Servidores de Santa Catarina reativam seccional do SINASEMPU

O SINASEMPU ganhou mais força na luta em defesa dos servidores do Ministério Público da União de todo o País. No dia 22 de abril, durante Assembléia Geral Extraordinária realizada no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, os servidores catarinenses decidiram pela reativação da Seção Sindical do SINASEMPU no estado de Santa Catarina e pela eleição de uma diretoria seccional provisória.

Os Diretores Nacionais do SINASEMPU, Rogério Postai (diretor de comunicação) e Marcelo Falconi (diretor jurídico), participaram de toda a reunião.

O objetivo da diretoria provisória, além de dar continuidade às atividades da seccional, será nomear uma comissão para conduzir o processo eleitoral e realizar o pleito no prazo de noventa dias.

"Acreditamos na importância da união para a conquista de vitórias para a categoria", declarou o diretor de comunicação, Rogério Postai. Opinião semelhante é a do diretor jurídico da Entidade. "A força dos colegas de Santa Catarina desempenhará um papel fundamental em nosso Sindicato", afirmou Falconi.

Integram a Diretoria Provisória: Eduardo Alberto Cabral Tavares Marques (diretor seccional / PRT-12ª), Paulo José Damázio (secretário administrativo / PR-SC), Murilo Fernandes de Anchieta (primeiro tesoureiro / PR-SC), Marco Antônio Arenhart (primeiro suplente / PRT-12ª), Célia Maria Lopes Tosta (segundo suplente / PR-SC), e Giovani Danezi (terceiro suplente / PRT-12ª).



PCS: SINASEMPU inicia diálogo com Planejamento



O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, recebeu na tarde do dia 19 de abril, a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, o primeiro secretário da entidade, Luiz Alberto Bauer, e o coordenador político, Pedro Rodrigues, em seu gabinete, em Brasília.

O objetivo do encontro foi iniciar o diálogo político com o órgão, visando à aprovação do PL 6697 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Nessa segunda etapa de tramitação do projeto na Câmara, a existência de um acordo entre as duas instituições (Ministério Público da União e o Ministério do Planejamento) é fundamental para que o texto seja aprovado, motivo que le-

vou os diretores do SINASEMPU a buscarem esse diálogo com o ministério.

Durante a reunião, Edilene Vasconcelos pontuou aspectos relativos ao projeto, entre eles, a defasagem salarial dos servidores do MPU, que já chega há cinco anos. “Estamos perdendo importantes servidores para outros órgãos por esse motivo”, disse Edilene. A presidente da entidade também discorreu sobre o impacto orçamentário do PL 6697, e sobre a viabilidade de sua implantação.

Bernardo ouviu atentamente as colocações dos dirigentes e, como forma de dar prosseguimento ao diálogo, solicitou a chefia de gabinete que os encaminhassem para uma

conversa, ainda na mesma tarde, com o secretário de Recursos Humanos do ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira.

SRH

Acompanhado de assessores do Departamento de Relações do Trabalho (DERT) do ministério do Planejamento, o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira, recebeu ainda na tarde desta segunda-feira os representantes do SINASEMPU para uma conversa sobre o PL 6697.

Na oportunidade, Edilene Vasconcelos voltou a mencionar a defasagem salarial dos servidores do MPU e os números relativos ao impacto orçamentário do projeto.

A presidente do sindicato também falou sobre a nota técnica emitida pelo Planejamento, por meio da qual o órgão manifesta-se contra a aprovação dos PL 6697 e dos servidores do Poder Judiciário, dentre outros motivos, por não existir “previsão para a reestruturação remuneratória”.

Duvanier solicitou à assessoria que averiguasse na nota técnica se os dados apresentados (principalmente, no que diz respeito à previsão orçamentária) não diziam respeito apenas ao PL 6613, e declarou que o documento poderia ser revisto, se fosse o caso.

Cópia da nota técnica será encaminhada para a diretoria nacional do SINASEMPU, para mais esclarecimentos.

Trazendo à discussão a questão do parcelamento do Projeto, Edilene ponderou sobre o desejo da categoria de que o mesmo fosse implantado em apenas uma parcela. Duvanier posicionou-se favorável à colocação, declarando que a medida evita “deixar contas para o próximo governo pagar”.

Demonstrando-se aberto ao diálogo sobre o projeto, Duvanier, ao final do encontro, embora tendo explicado que o processo será difícil, uma vez que PL foi encaminhado fora do prazo e não consta da LDO, destacou a necessidade de um posicionamento por parte da administração do MPU, com vistas a sanar dificuldades que impossibilitem a aprovação do PL na CFT e, posteriormente, a sua implantação.

Para a presidente do SINASEMPU, os dois encontros foram bastante produtivos, principalmente, porque dão início a uma etapa importante no processo de negociação do PCS. “Vamos continuar batalhando junto à administração por uma participação mais incisiva da Instituição na tramitação e junto com servidores, com muita mobilização e envolvimento, em favor do PL 6697”, disse Edilene.



“Vamos continuar batalhando junto à administração por uma participação mais incisiva da Instituição na tramitação e junto com servidores, com muita mobilização e envolvimento, em favor do PL 6697”

Edilene Vasconcelos



A DEN **Renovar é Preciso** devolve imposto sindical

Em cumprimento a decisão da XII Assembléia Geral Ordinária – AGO/SINASEMPU, realizada de 30 de outubro a 2 de novembro de 2008, na cidade de Natal/RN, a atual diretoria nacional do sindicato irá devolver a parte que cabe ao sindicato do imposto sindical aos seus filiados.

“A grande diferença no procedimento é que não será mais necessário aos filiados requererem a devolução, isto será feito automaticamente assim que a contribuição for depositada na conta do

SINASEMPU”, diz Edilene Vasconcelos, atual presidente do sindicato. É preciso esclarecer que apenas 60% do imposto é repassado ao sindicato, ficando os 40% retidos em outras fontes que não o SINASEMPU.

“Vamos fazer diferente da antiga DEN não cobrando a requisição da devolução. O procedimento de requerimento além de poder criar dificuldades só burocratiza o processo da devolução, assim esperamos atender melhor a todos os filiados. Imagine um servidor perder a de-

volução que tinha direito por apenas não ter se atentado a uma mera formalidade ou perdido um prazo”, completa Edilene.

Além do que já foi citado acima salientamos que na XIV AGO/SINASEMPU a atual diretoria nacional irá colocar em pauta esta discussão novamente, mas desta vez a idéia é contemplar a todos os servidores do MPU com a devolução do imposto sindical, filiados e não filiados, garantindo assim aos servidores a liberdade de se associarem ou não ao SINASEMPU.

Servidores do CNMP pertencem ao quadro do MPU



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apreciou na sessão ordinária do dia 27 de abril, o pedido de providências apresentado por quarenta e dois servidores do Ministério Público da União lotados no CNMP, solicitando que fosse declarado que os servidores lotados no Conselho são servidores do MPU, devendo, portanto, gozar dos mesmos direitos que os demais, entre eles, o de participar do concurso de remoção.

A decisão refuta, definitivamente, o posicionamento firmado pela Secretaria Geral do Ministério Público da União de que os servidores lotados no conselho não pertencem ao quadro da instituição MPU, uma vez que o colegiado figura como um órgão independente.

A presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos de Freitas, juntamente com o advogado da Entidade, Marcelo Ramos Correia, e o presidente da ASMPF, Marcos Ronaldo Araujo, estiveram presentes na sessão. Os representantes das

entidades estiveram no Conselho para ouvir os servidores da Casa e ajudá-los em tudo que fosse necessário, ficando decidido que, no dia da apreciação do processo, o SINASEMPU estaria presente, por meio de sua assessoria jurídica, para realizar uma sustentação oral em defesa da categoria.

Com o voto do Conselheiro Relator totalmente favorável à categoria, a sustentação oral realizada pelo advogado da entidade concentrou-se no reforço às razões apresentadas pelo Conselheiro Relator e no agradecimento ao colegiado, em nome de todos os servidores da instituição, pela decisão proferida, que atendeu plenamente aos anseios dos servidores.

“Ficamos felizes em termos colaborado nessa importante vitória para os nossos colegas do CNMP. Acreditamos que, assim como nós, eles também fortalecem a instituição e ajudam no seu crescimento perante a sociedade”, disse Edilene Vasconcelos.

O caminho do diálogo

Presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, durante reunião com o Procurador Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel



Marcando uma das principais iniciativas defendidas durante a campanha para a diretoria nacional do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, atual presidente do Sindicato, sem perder tempo, abriu o canal de negociação com a administração da PGR e com o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel. No dia 16 de março, Edilene foi recebida em audiência pelo procurador, juntamente com o presidente da ASMPF, Marcos Ronaldo Araújo. Durante o encontro, foram discutidos diversos assuntos, e, o principal, foi mostrado ao PGR que a partir deste momento a categoria esta representada de fato e de direito.

Este fato deixa claro a todos os colegas que a gestão Renovar é preciso esta aí para defender os interesses dos servidores do MPU. Em outros tempos, a antiga direção do sindicato não tinha nem a prerrogativa de ser recebida, tanto pelo procurador geral quanto pela administração, devido ao posicionamento assumido por pessoas que durante 12 anos controlaram o SINASEMPU.

Primeira mulher eleita para a presidência do sindicato, Edilene Vasconcelos destacou que “a abertura do diálogo com o PGR e a administração só vai fortalecer a categoria. Ficou clara no encontro a disposição do Dr. Gurgel em escutar as reivindicações dos servidores do MPU e discutir sobre quais são os rumos que vão conduzir os destinos de todos os nossos colegas do MPU a um caminho vitorioso e que valorize cada vez mais os servidores desta tão importante instituição”.

Ao final do encontro ficou agendada outra reunião entre o Dr. Gurgel e os integrantes da diretoria nacional do SINASEMPU. O PGR deixou clara a disposição e a boa vontade de manter aberto o canal de comunicação com os servidores do MPU, “Nós temos que conversar sobre tudo. Há sempre espaço para o diálogo”, disse o Dr. Gurgel aos presentes na reunião. Isto deixa claro que as negociações entre a PGR e o SINASEMPU inauguram um novo tempo de avanços e conquistas para todos os servidores do MPU.

O primeiro sinal de progresso da articulação da gestão Renovar é preciso foi a aprovação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP do Projeto de Lei 6697. O PL 6697 altera o PCS da categoria atendendo aos anseios dos servidores do MPU, incluindo a questão do concurso de remoção, que foi a única emenda incorporada ao PL 6697. Este fato se deu devido a articulação e a abertura do dialogo com o PGR, a administração da PGR e outros atores importantes como diversos deputados federais da CTASP.

A segunda ação rumo à aprovação do PCS que os servidores do MPU anseiam foi a reunião com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Na ocasião foram iniciadas as conversas visando um rápido andamento do PL 6697/09 na Comissão de Finanças e Tributação – CFT. Nessa etapa de tramitação do PL na Câmara, a existência de um acordo entre as duas instituições (Ministério Público da União e o Ministério do Planejamento) é fundamental para que o texto seja aprovado, motivo que levou os diretores do SINASEMPU a buscarem esse diálogo com o Planejamento.

Neste momento com uma nova gestão o sindicato esta com todos os canais abertos e a renovação será o caminho na direção de novas conquistas e avanços para toda a categoria. A união de todos os servidores do MPU independente de crenças ou ideologias político/partidárias é a maior ferramenta para que sejam alcançadas as demandas e reivindicações de todos os que servem no MPU.

Após oito anos, Justiça ratifica direito de filiados do SINASEMPU

A decisão proferida, no dia 23 de março deste ano, no processo (nº 2000.34.00.043699-0) em que foi discutido a devolução das parcelas do Plano de Seguridade Social do Servidor (PSSS) sobre a gratificação pelo exercício de Função de Confiança (FC), embora não resulte em nenhum crédito para os filiados do SINASEMPU, uma vez que os mesmos já receberam administrativamente, em 2002, os valores cobrados indevidamente pela União, representa uma dupla vitória para a categoria: a judicial, pois assegura - definitivamente - o direito dos filiados; e a administrativa, que viabilizou uma devolução mais rápida dos valores sem a necessidade de aguardar até o trâmite final do processo.

De acordo com a assessoria jurídica do sindicato, é natural, pelo decurso do tempo entre o pagamento dos valores via decisão administrativa, em 2002, e a decisão judicial proferida no mês passado, oito anos depois, que alguns servidores acreditem na existência de créditos a receber, mas esse não representa mais o objeto dessa decisão judicial.

“Quando a Administração do MPU acatou o requerimento formulado pelo SINASEMPU, determinando a suspensão dos descontos e procedendo a restituição administrativa dos valores descontados nos meses de setembro e outubro de 2002, o processo ficou sem conteúdo econômico, já que o Sindicato não poderia cobrar o mesmo valor duas vezes (uma na via administrativa e outra na via judicial)”, esclarece o advogado do sindicato, Marcelo Ramos Correia.

Durante a fase de liquidação, a secretária de Recursos Humanos do Ministério Público Federal, Eliane Rodrigues de Sales, informou que os valores já haviam sido devolvidos com a correção monetária até a data da efetiva devolução, apresentando planilha com os valores restituídos a cada um dos filiados, até totalizar a quantia de R\$ 1.109.184,30 (um milhão cento e nove mil cento e oitenta e quatro reais e trinta centavos), que foi o valor total devolvido aos filiados da entidade.

Correia explica ainda que a demanda prosseguiu apenas para obter a declaração judicial do direito e desonerar o SINASEMPU de qualquer despesa de sucumbência. Dessa forma, o precatório n.º 2009.01.98.059067-1 diz respeito apenas as despesas de sucumbência do processo.

O que quer dizer valores de sucumbência?

Segundo o Dicionário Jurídico, sucumbência é um princípio que estabelece que a parte que perdeu a ação efetue o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte vencedora. Dessa forma, no caso específico de que trata essa reportagem, os valores referentes à sucumbência pagos pela União são de direito único e exclusivo ao advogado da parte vencedora, ou seja, do escritório de advocacia que representa o SINASEMPU.

Importância do diálogo com a Administração

Situações como a apresentada nesta reportagem corroboram a importância de um dos princípios fundamentais que tem norteado a atuação da gestão Renovar é Preciso do SINASEMPU: o diálogo.

“É fato que não obteremos, sempre, uma resolução administrativa favorável em todos os litígios entre categoria e Administração, fato que nos levará à esfera judicial. Mas, como entidade, não podemos prescindir de um diálogo franco, respeitoso e firme com a administração, para alcançarmos conquistas importantes para os servidores. Exemplo disso, é a vitória, agora também judicial, no caso da devolução do PSSS sobre a FC”, disse a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos de Freitas.

Opinião similar é a da assessoria jurídica do SINASEMPU. “Hoje podemos dizer que a atuação do sindicato permitiu que seus filiados recebessem o valor oito anos antes do encerramento do processo”.

Foi por meio de um requerimento, ou seja, uma peça administrativa que o SINASEMPU produziu no ano de 2002, que a entidade conseguiu que a administração da PGR reconhecesse que a parcela debitada era indevida e promovesse a devolução dos valores já descontados.

“O discurso estilo “ferro e fogo” pode ter a sua hora e o seu lugar. Reconhecemos a sua importância. O que não podemos conceber, como representantes sindicais de inúmeros servidores de todo o país, é adoção permanente de uma postura inflexível e desarrazoada, que comprometa o diálogo entre servidores e administração e redunde em prejuízos sérios à categoria, como ocorreu na gestão anterior”, afirmou Edilene Vasconcelos.

Servidores de todo o País protestam contra o PLP 549



Membros da diretoria do SINASEMPU participam de ato público em Brasília



Aproximadamente dois mil manifestantes, entre servidores públicos, membros de organizações da sociedade civil e de entidades de classe, além de políticos e populares, participaram na manhã do dia 15 de abril, da marcha contra o PLP 549.

O PLP 549 busca congelar por dez anos os salários dos servidores e precarizar ainda mais o já sucateado Serviço Público brasileiro. Quem mais sairá prejudicado caso o PLP 549 seja aprovado será a população.

A manifestação ocorreu na esplanada dos Ministérios, com concentração inicial na catedral de Brasília. O SINASEMPU marcou presença durante todo o ato, por meio da participação dos diretores nacionais Clei-

ton Custódio (vice-presidente); Luiz Aberto Bauer (primeiro secretário); Marcelo Falconi (diretor jurídico); Rogério Postai (diretor de comunicação e imprensa); e José Marcos Lisboa (diretor de mobilização e formação sindical).

O assessor especial da Entidade, Roberto Negri (SE), também se uniu à manifestação, ao lado de servidores do MPU de outros Estados, como Elizabeth Zimmermann (São Paulo), João Edinaldo (Amapá) e Clayton Rodrigues (Santa Catarina).

Para o sindicato, apenas com a união de todas as entidades e consequentemente de todos os servidores públicos é que será possível barrar essa grave ameaça.

Para o diretor de mobilização e formação sindical do SINASEMPU, José Marcos Lisboa, a manifestação é importante, pois demonstra não apenas a insatisfação do funcionalismo, mas também de toda a sociedade com relação às tentativas de desmonte do serviço público por parte do Governo brasileiro.

O relator do Projeto na Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Busato (PTBR) também participou da manifestação. O parlamentar demonstrou-se aberto ao diálogo e sinalizou possível rejeição ao projeto na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço (CTASP), pela qual tramita atualmente o PL na Câmara.

Diretores do SINASEMPU reúnem-se com parlamentares

Dando continuidade à luta em favor da aprovação do PCS, a diretoria nacional do SINASEMPU, que ficou em Brasília para reuniões de planejamento até o dia 17 de abril, reuniu-se com a deputada federal Fátima Bezerra (PT-RN) para pedir apoio para o PL 6697/09, na Câmara dos Deputados.

Com o mesmo objetivo, os representantes do sindicato também se reuniram com o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), para quem pediram a colaboração ao projeto quando o mesmo passar a tramitar naquela casa.

Os dois parlamentares comprometeram-se a ajudar a categoria naquilo

que for necessário e a apoiar o pleito enquanto estiver em tramitação na Câmara e, posteriormente, no Senado Federal. A deputada Fátima Bezerra solicitou também estudo sobre o Projeto 6697 com o objetivo de subsidiar possível mediação em favor dos servidores junto ao Ministério do Planejamento. O mesmo estudo será entregue ao ministro Paulo Bernardo quando ocorrer a reunião.

Participaram do encontro a presidente, Edilene Vasconcelos; o vice-presidente, Cleiton Custódio; o primeiro secretário, Luiz Aberto Bauer; o diretor financeiro, Osmaldo Ferreira; o

diretor nacional João Brito; e o colaborador Daniel.

Para a presidente do SINASEMPU, os encontros reforçam a importância do permanente trabalho e empenho por parte do sindicato, em conjunto com os servidores, até a aprovação e sanção do Projeto. “Vencemos apenas uma etapa dessa árdua batalha em favor da aprovação do PCS. Devemos continuar perseverantes e em ação até o fim”, disse Edilene.

Novos encontros com parlamentares, entre eles, integrantes da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), estão sendo agendados.

SINASEMPU volta ao PLAN-ASSISTE

Edilene Vasconcelos foi eleita para o Conselho Administrativo do PLAN-ASSISTE. A escolha foi realizada pelos representantes da ASMPPF, ASMIP e ASSTTRA, em reunião no SINASEMPU. Nos próximos seis meses Edilene vai representar os servidores de todos os ramos do MPU no referido conselho. Isto marca a volta do SINASEMPU as decisões sobre o plano dos servidores do MPU.

Para Edilene a importância de se ter um representante no Conselho do PLAN-ASSISTE é crucial, “é uma grande responsabilidade representar os colegas do MPU neste Conselho Administrativo de nosso plano de assistên-



cia médica, pois saúde é um assunto muito sério. Vamos fazer tudo o que estiver a nosso alcance para que os servidores sintam-se representados e cada vez melhor assistidos”.

O Plan-Assiste é um Programa de Saúde e Assistência Social classificado na modalidade de autogestão. Esta modalidade de gestão em assistência

à saúde é o sistema no qual a própria empresa ou outro tipo de organização institui e administra, sem finalidade lucrativa, o programa de assistência à saúde de seus beneficiários, reduzindo os gastos decorrentes com a intermediação das empresas de plano de saúde do mercado.

Saúde é vida!

Prestando contas

*José Marcos Lisboa

Há aproximadamente 80 (oitenta) dias no cargo, por força de uma decisão judicial contrária a tentativa de estelionato eleitoral praticada por aqueles que hoje são nossos opositores, a nova Diretoria Executiva Nacional do SINASEMPU – gestão Renovar é Preciso - encontrou a sua frente inúmeros problemas e desafios que aos poucos, na medida do possível vêm resolvendo.

Encontramos uma sede totalmente desestruturada, desorganizada, insalubre e mal localizada. O carpete da sede chegava a estar com crostas de sujeiras o que ocasionava problemas de saúde as pessoas que por lá transitavam.

Diversos móveis e equipamentos quebrados e sucateados. Não há arquivo organizado das Ações Judiciais propostas pelo sindicato.

A antiga gestão já sabia da sua derrota. Assim foi que triturraram todos os votos da primeira eleição e tentaram a todo custo na segunda eleição fazer coisas semelhantes. Por conta de saberem que seriam derrotados, numa manobra articulada para ENGESSAR a nossa administração, na eminência de serem desapoderados do sindicato, assinaram um acordo coletivo garantindo aos funcionários do Sindicato estabilidade até agosto/2010.

Encontramos um sindicato que por anos perseguiu seus próprios filiados, simplesmente por que se destacavam como liderança ou porque eram oposição as antigas gestões. AOS AMIGOS TUDO. AOS QUE INCOMODAM, OS RIGORES DA LEI.

ESSA NÃO SERÁ A NOSSA PRÁTICA.

Tudo é entrave naquele Sindicato da forma como ele está. Mas mesmo assim, com todas essas adversidades e com tantos problemas a resolver estamos conseguindo avançar na principal prioridade da categoria: o PL 6697/09 – Plano de Carreira Cargos e Salários dos Servidores do MPU.

Outros entraves estão sendo resolvidos aos poucos: alugamos uma nova sede, bem mais ampla, de piso, bem localizada e com parada de ônibus próxima. O custo/benefício em relação a sede antiga é justificável devido as melhoras

das instalações, a acessibilidade dos portadores de necessidade especial e dos aposentados.

Agora sim! Poderemos receber bem nossos filiados e em especial os Aposentados.

Sabem por que nosso sindicato é o que é???????

Por que os “OPERADORES DO DIREITO” de plantão judicializaram o sindicato. Tudo tem de ter uma regrinha específica, um parecer do jurídico, um parecer do Conselho Fiscal

Quando encontram opositores pela frente, tome Constituição, Código Civil, Processo civil, Processo Trabalhista, dano moral, Comissão de Ética, etc.

Ora senhores!

Já tiveram oportunidade de participar do sindicato dos Trabalhadores em Vigilância, dos Trabalhadores em Transporte, dos Trabalhadores da Construção Civil ??????

Estes sim SÃO VERDADEIROS SINDICALISTAS. Pouco conhecem do Direito. Mas sabem ir a luta. Resolvem seus conflitos internos, internamente.

“Encontramos um Sindicato que por anos perseguiu seus próprios filiados, simplesmente por que se destacavam como liderança ou porque eram oposição às antigas gestões”



Retrato do descaso com o dinheiro dos filiados

Cortando o mal pela raiz, Renovar é Preciso

É indiscutível que um bom ambiente de trabalho seja fator determinante no andamento das atividades profissionais. Um bom retrato da antiga diretoria nacional do SINASEMPU era o estado em que se apresentava a sede do sindicato. Um lugar sem o devido espaço para os funcionários ou filiados que procurassem os serviços da entidade, com o carpete encardido, cheio de ácaros e manchado, além de cadeiras e outros materiais empilhados em cima de mesas e estantes.

De acordo com a atual presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, “não era mais possível continuar na antiga sede, não havia condições dignas de trabalho, o espaço físico era insuficiente, parte do mobiliário estava danificado, além disso, é necessário tornar o sindicato mais próximo e de fácil acesso aos filiados ativos e inativos”.

Com a intenção de dinamizar o serviço e atender melhor a todos os servidores do MPU, filiados ou não ao SINASEMPU, a nova diretoria nacional do sindicato transferiu a sede de endereço. Após vários anos funcionando no edifício Denasa, no Setor Comercial Sul, o SINASEMPU agora está no Setor de Rádio e Televisão Sul, no centro empresarial Assis Chateaubriand.

O assunto da mudança foi colocado aos membros do Conselho Fiscal Nacional, em sua última reunião no dia 20 de março, ocasião em que a presidente convidou-os a visitar a possível nova sede,

não havendo objeções. É preciso salientar o fato de terem sido levantadas várias localizações em diferentes endereços na cidade para a nova sede do SINASEMPU. Das localidades possíveis, três foram as melhores opções, sendo que o local escolhido leva vantagem em quesitos como acessibilidade, localização, instalações, entre outros aspectos importantes para que fosse justificável a mudança.

Acessibilidade

Uma das novidades que irão facilitar a vida dos servidores ao dirigirem-se à sede do sindicato é a disponibilização de vaga de garagem para os portadores de necessidades especiais e os aposentados. O servidor Altamiro Miranda Pereira foi diagnosticado há mais de cinco anos com uma doença degenerativa. Desde então, ele precisa da ajuda de uma bengala para se locomover. O servidor que é aposentado desde 1991 só agora se filiou ao SINASEMPU devido ao fato do sindicato não oferecer solução às suas demandas, nem ao menos alguma facilidade de acesso. “Disponibili-

zar vaga de garagem para os aposentados e portadores de necessidade especial facilita muito as coisas. Agora posso vir com tranquilidade, rapidez e mais vezes ao sindicato”, afirma Altamiro.

No novo endereço os servidores e funcionários do SINASEMPU agora terão uma melhor estrutura para atender e serem atendidos com conforto e mais eficiência nas novas dependências do sindicato, com fácil acesso. São os ventos de uma renovação que vai oxigenar o SINASEMPU. Isto vai levar o sindicato a um tempo de novas conquistas e avanços, sempre na direção de uma maior representatividade e participação do SINASEMPU no dia a dia de todos os servidores do MPU.



Altamiro Pereira durante visita ao SINASEMPU

Ouvir para se desenvolver



A Diretoria Nacional do SINASEMPU enviou no dia 19 de abril o ofício, Nº 175/2010, endereçado ao procurador geral da república, Roberto Gurgel. O referido documento propõe a criação de uma Ouvidoria Interna para o Ministério Público da União. Isto se deve ao fato da importância de um órgão de tal peso na vida nacional necessitar do canal de comunicação institucional, por meio do qual possam ser resolvidos problemas internos, diminuindo assim as distâncias entre membros e servidores do MPU, proporcionando uma melhora no desempenho funcional e na eficácia da instituição.

De acordo com Edilene, “a instalação de um serviço de ouvidoria interna demonstrará o interesse institucional na garantia dos direitos e na importância dos colaboradores, tudo isso com a intenção do aprimoramento organizacional”. A iniciativa parte da premissa que os servidores ao sentirem-se respeitados e ouvidos terão um melhor desempenho em suas funções. “Pensamos nisto com a finalidade de que o MPU tenha uma melhora tanto na

prestação de seus serviços quanto no desenvolvimento profissional dos servidores, criando um melhor ambiente de trabalho para todos”, completa a presidente do SINASEMPU.

É fundamental que a estrutura a qual estará inserida a ouvidoria permita uma atuação discricionária, com independência e liberdade de ação administrativa. Tudo isto dentro dos limites legais, sem deixar de lembrar que a credibilidade dos membros da ouvidoria, a pronta resposta as demandas, o sigilo e o respeito à informação sejam observados e respeitados. A sugestão para a composição da ouvidoria sugerida no ofício do sindicato ao PGR foi: um representante do SINASEMPU; um representante da Secretaria Geral do MPU; um representante das Associações dos Servidores do MPU; um representante da área de gestão de pessoas e um representante membro da instituição ministerial.

Para Edilene Vasconcelos, “em uma ouvidoria é muito importante o preparo na recepção de demandas, por vezes inimagináveis, e ainda assim

estimular a participação institucional na descoberta de novos rumos à qualidade e a eficiência”. Já foi observado que quando uma empresa ou instituição anuncia a criação de uma ouvidoria, o quadro funcional pode sair da zona de conforto em que se encontra. Podem surgir dúvidas quanto à função e as prerrogativas de uma ouvidoria se não ficar bem clara a motivação de sua criação. “É preciso estabelecer uma ouvidoria que tenha credibilidade tanto por parte dos colaboradores, quanto da gerência institucional” afirma Edilene.

As ouvidorias internas foram inicialmente um instrumento utilizado na iniciativa privada, mas diversos órgãos públicos, empresas estatais e governos estaduais, já criaram este tipo de instância, entre eles podemos citar: o SERPRO; a Caixa Econômica Federal; o Banco do Brasil, o Estado de Alagoas e a Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal. Em todas as experiências ocorreu uma melhora no desempenho das atividades laborais e pessoais.

Governos e entidades sindicais divergem sobre aspectos da regulamentação do direito de greve

Outros assuntos também abordados no texto apresentado pelo Governo, como negociação coletiva e representação sindical, carecem de consenso



Divergência. Essa é a palavra que melhor define a relação entre governo e bancada sindical quando o assunto é o Projeto de Lei que trata da negociação coletiva, regulamentação do direito de greve e representação sindical.

Após dois anos de intenso trabalho voltados para a construção de um projeto que harmonize tanto os interesses dos trabalhadores como os do governo, o resultado obtido até então ainda não reflete aquilo que o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, considera “um maior grau de consenso possível”.

Inúmeros são os pontos de discordância constantes do Projeto, entre eles, alguns que afetam diretamente os servidores do Ministério Público da União.

Para a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, que tem participado das reuniões do Grupo de Trabalho e acompanhado de perto as discussões, a melhor saída diante desse impasse é continuar investindo no debate entre governo e entidades sindicais.

“Considerando o quanto esse tema é importante para nós trabalhadores brasileiros, não podemos concordar que o governo apresente ao Congresso Nacional uma proposta de regulamentação que não seja fruto de uma intensa discussão e consenso entre todas as partes interessadas no assunto”, disse Vasconcelos.

O documento será posto em consulta pública pelo Ministério do Planejamento no site da Instituição e toda a sociedade poderá colaborar.

Veja, abaixo, alguns dos principais pontos de divergência entre as entidades e o governo:

- A liberação do número de dirigentes para representação classista, por exemplo, é um dos pontos que ainda não ficaram definidos, mas que o secretário prometeu rever.
- A opinião do Grupo de Trabalho é de que a greve está sendo tratada de forma muito simplista no projeto governamental, não dando margem para que no legislativo os parlamentares tenham condições de “cortar gorduras”, correndo o risco de ser aprovada pela maioria dos partidos da base governamental.
- Outro aspecto não consensual refere-se à contagem como tempo de serviço dos dias parados, em caso de greve, para os servidores que estejam em estágio probatório. Pela proposta do governo, há um prejuízo para os servidores em estágio probatório.
- A criação de um “Observatório Social”, constituído por representantes do governo, das entidades sindicais e da sociedade, na proporção de 50% (representantes da sociedade), 25% (entidades sindicais) e 25% (representantes do governo) como órgão a ser instituído para regular e mediar as negociações, sugerido na proposta do governo, também não foi bem recebida pelos integrantes da bancada sindical, que apontaram a preocupação de que este instrumento, com uma representatividade nessas proporções, provoque desigualdade nas decisões do observatório. Há também a preocupação quanto a representação da sociedade - quem serão as instituições/entidades da sociedade civil, que terão um papel tão importante na condução da negociação coletiva dos servidores públicos, caso o projeto do governo venha a prevalecer? Outra questão polêmica é o fato de o órgão possuir um poder regulador, além do papel de mediador. A proposta da bancada sindical é de substituição do observatório por um conselho, com a participação, em condições iguais entre as partes.
- As entidades querem também que a proibição dos servidores que utilizam armas de participarem de greve fique explicitada no texto do projeto de lei de que trata-se dos integrantes das carreiras que utilizam armas em sua função (segurança pública), e não para as categorias que fazem uso de arma como meio de proteção pessoal, a exemplo da Auditoria Fiscal.

Fonte: SINAIT



Porta de entrada da nova sede do SINASEMPU

Organizando para melhorar

“Das quase 700 ações coletivas e de cerca das 60 ações individuais movidas pelo SINASEMPU não se tinha registro físico, nem ao menos um arquivo básico”

Na estrutura de uma entidade de classe representativa como um sindicato não é possível deixar de ser considerada a importância de um departamento jurídico bem estruturado, organizado e funcional, em que todos os seus filiados possam acompanhar os andamentos processuais, tanto individuais quanto coletivos. “Diante do que encontramos não havia as mínimas condições de atendimento às demandas dos servidores do MPU”, disse Edilene Vasconcelos.

A falta de organização e um funcionamento aquém do esperado é o retrato de como se apresentava o jurídico

do SINASEMPU. Não havia ao menos cópias dos processos em que o sindicato representa seus filiados, sendo em ações coletivas ou individuais. Das quase 700 ações coletivas e de cerca das 60 ações individuais movidas pelo SINASEMPU não se tinha registro físico, nem ao menos um arquivo básico. Isto além de atrapalhar o bom desempenho do setor, ainda impossibilita a participação ou o seguimento dos trâmites processuais por parte dos interessados.

A transparência e a publicidade necessária a um funcionamento ideal do

departamento jurídico, com a possibilidade de acesso a todas as informações, é a meta da gestão Renovar é Preciso. Para isto, o jurídico do sindicato está sendo reformulado e todas as sentenças, liminares e outras medidas judiciais estarão brevemente disponíveis no site do SINASEMPU, além de matérias e/ou notas divulgando os atos e tornando possível que todos os servidores, filiados ou não, tenham conhecimento das demandas judiciais geradas ou não pelo jurídico do sindicato e que possam afetar suas vidas ou o desenvolvimento profissional.

Gestão "Renovar é Preciso"

60 dias em 25 imagens

O SINASEMPU está vivendo um novo momento em sua história. Momento este que pode ser visto nas ações já desenvolvidas pela nova diretoria nos últimos dois meses; nas novas instalações da entidade, em Brasília; na nova forma de gerenciar o sindicato e atender, com a maior rapidez possível,

as demandas oriundas da categoria, e nas políticas de aproximação com a base. As fotos, abaixo, ajudam a relembrar um pouco do que já foi feito até aqui e sinalizam, com bons ventos, o que ainda está por vir.

Um caminho árduo está pela frente e cada servidor, filiado ou não, é convi-

do pela gestão "Renovar é Preciso" a conhecer um novo sindicato. Mais aguerrido, menos burocrático e mais antenado com as necessidades da categoria.

Todos podem participar desse grande momento e colaborar na construção desta nova história. Participe!

Em menos de dois meses, o SINASEMPU já se reuniu com todos os procuradores-chefes dos quatro Ramos do MPU, apresentando as demandas da categoria e requerendo soluções para problemas que já se arrastam por muito tempo.



A esquerda: Procurador geral de Justiça, Leonardo Bandarra, presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, e vice-procuradora geral de Justiça, Maria Aparecida Barbosa



A direita: Presidente da ASMPF, Marcos Ronaldo Araújo, procurador geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, e presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos



A esquerda: Presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, durante conversa com o procurador geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes



A direita: Presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, procuradora geral da Justiça Militar, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, e secretária-geral, Maria Vanilda Nunes

A nova gestão investe pesado em uma comunicação mais eficiente entre sindicato e base. Em apenas dois meses, seis boletins semanais circularam no Distrito Federal (e um deles em todo o país) chamando os servidores para a mobilização e transmitindo informações importantes de interesse da categoria. Um novo site, mais dinâmico e moderno, também está em fase de execução.



Partindo do princípio de que um ambiente de trabalho salutar é dever do empregador e direito do empregado, a nova Diretoria Executiva Nacional transferiu a sede do SINASEMPU para instalações mais amplas, funcionais, arejadas e que proporcionem mais conforto para o atendimento aos filiados.



Considerando a importância da participação dos filiados para o fortalecimento da entidade, a nova diretoria fomentou mobilização inédita em Brasília. Conduziu à Câmara dos Deputados, com transporte gratuito, inúmeros servidores não só das administrações dos quatro Ramos do MPU, mas também das promotorias, nas regiões administrativas, visando à realização de um grande movimento em prol da aprovação do PCS na CTASP.





Um retrato do descaso

“Não há como se encontrar nada, além do fato de que a falta de sistematização na operação dos arquivos é o mínimo a ser citado”

A avaliação da situação em que se encontrava o SINASEMPU como instrumento necessário para elevar a qualificação institucional, promovendo a melhoria do desempenho, da qualificação, da extensão de suas operações e de sua gestão, foi o primeiro passo da gestão Renovar é Preciso a frente do sindicato. Com o objetivo de avaliar o processo de gestão institucional foram e ainda estão sendo levantadas as carências, demandas reprimidas, o processo administrativo, além de características como organização de documentação, arquivamento de documentos entre outros, para que se possa transformar o SINASEMPU em uma entidade participativa e operante na representação dos servidores do MPU.

Não é possível levar em consideração o estado em que se encontram os arquivos do sindicato, um total descaso ou falta de interesse pode ser o motivo do atual estado dos documentos. Não há como se encontrar nada, além do fato de que a falta de sistematização na operação dos arquivos é o mínimo a ser citado. “No final de semana vim ao SINASEMPU para tentar organizar alguns arquivos da presidência, e o que encontrei foram papéis de 15 anos atrás misturados a documentos recentes que só confundem e atrapalham o bom funcionamento da instituição e qualquer um que precise obter alguma informação por meio dos arquivos”, disse Edilene Vasconcelos, presidente do SINASEMPU.

Um dos caminhos trilhados pela gestão Renovar é Preciso no rumo de um sindicato eficiente e funcional é o da valorização não apenas dos servidores do Ministério Público da União (MPU), bem como o dos funcionários do Sindicato Nacional dos Servidores do MPU (SINASEMPU). A busca por novas e melhores práticas administrativas e gerenciais, o incentivo a pro – atividade de todos no sindicato, bem como a disposição e valorização do trabalho, serão a fórmula para a transformação do SINASEMPU na entidade participativa e presentes que defendemos. A partir de agora o sindicato irá funcionar em sua plena capacidade e dará as respostas e resultados esperados pelos servidores do MPU.

SINASEMPU reúne-se com secretário-geral do MPU e discute temas de interesse dos servidores



O secretário-geral do Ministério Público da União, Carlos Frederico Santos, recebeu no dia 20 de abril a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos de Freitas.

Durante a reunião, Edilene solicitou ao secretário um posicionamento com relação ao processo de negociação entre o MPU e o Ministério do Planejamento, visando à aprovação do PL 6697/09 (Plano de Carreira dos Servidores do MPU). A presidente ainda ressaltou a importância do envolvimento da Instituição, principalmente, na etapa pela qual o projeto está atravessando no Congresso, para que o mesmo seja aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Santos garantiu que as tratativas relacionadas ao PL já iniciaram, e que a administração tem trabalhado pela inclusão da dotação necessária para implantação do PCS na proposta orçamentária de 2011, que será encaminhada à Presidência da República, após análise do Conselho de Assessoramento Superior e do Conselho Nacional do Ministério Público

O secretário também afirmou que tem dialogado com os parlamentares a respeito do projeto, fornecendo todas as informações necessárias para o andamento da proposição. “Iremos ajudá-los em tudo que for possível”, disse o secretário-geral.

Mais assuntos

Ainda na reunião realizada com o secretário-geral do MPU, Carlos Frederico, a presidente do SINASEMPU tratou sobre outros assuntos de interesse da categoria. Um deles é a situação dos Técnicos de Apoio Especializado (TAE) sem especialização.

Edilene declarou que são quase trezentos colegas em todo o país que estão sofrendo diante dessa condição, principalmente, por não poderem participar do concurso de remoção. A presidente do sindicato ainda sugeriu que a administração procedesse uma análise jurídica profunda do caso, com total colaboração do sindicato, e estudasse a possibilidade de reenquadramento desses servidores em outro cargo como forma de solucionar o problema.

O secretário comprometeu-se a avaliar a sugestão e dar um posicionamento ao SINASEMPU.

Auxílio alimentação

Ao ser questionado pela presidente do sindicato a respeito do reajuste do auxílio-alimentação, Carlos Frederico declarou que só será possível uma análise a partir do segundo semestre, haja vista a necessidade de uma programação orçamentária neste sentido.

Comissão de reestruturação da Carreira

Finalizando a reunião, a presidente do sindicato apresentou ao secretário-geral uma proposta de criação de uma comissão permanente para reestruturação da carreira dos servidores do MPU. A idéia é que administração e servidores trabalhem juntos nesse projeto, concentrando esforços para a construção de uma carreira que harmonize os interesses dos dois grupos.

O secretário recebeu positivamente a proposta e colocou-se à disposição para debater e viabilizar a criação da referida comissão.

Sob nova direção

A atual Diretoria Nacional do SINASEMPU, a gestão Renovar é Preciso que foi empossada a cerca de 90 dias, está implantando um novo modelo de gestão no sindicato. Esta atitude tem a finalidade de ampliar as oportunidades para aprender, para trabalhar e para produzir os resultados esperados pelos servidores do MPU, filiados ou não ao SINASEMPU. Mas a construção desse modelo depende de inovações institucionais, o que gera resistência de um grupo que só está preocupado em retomar o poder e o controle do sindicato.

As bases das reformulações pretendidas pela gestão Renovar é Preciso podem ser divididas em três etapas. A primeira pauta-se pelo ideal de profissionalismo, a segunda se ampara no ideal de eficiência que se prende a revisão radical das nossas práticas administrativas. A terceira orientada pelo ideal de experimentalismo, em que novos modelos de gestão são buscados visando às melhores práticas e um funcionamento eficaz, transparente, participativo e presente no dia a dia dos servidores do MPU.

O verdadeiro choque de gestão se dará pela execução simultânea destas três etapas, a do profissionalismo, a da eficiência e a do experimentalismo. Simultaneamente o que não quer dizer instantaneamente devido a entraves burocráticos. “Importante é começar e ter clareza sobre o rumo que pretendemos para o SINASEMPU. Melhores práticas administrativas e novas tecnologias criam facilidades para que demos total transparência aos atos da gestão Renovar é Preciso e construir o sindicato que to-

dos anseiam”, afirma a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos.

A transparência nos dicionários da língua portuguesa tem seu primeiro e maior significado explicado como, “sf (lat transparentia) 1 Qualidade de transparente”. Com este intuito divulgaremos sempre as ações da gestão Renovar é Preciso que até agora foram: abertura do diálogo com o PGR; a aprovação do PL 6697/09 que altera o PCS dos servidores do MPU na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP e o seu pronto encaminhamento a Comissão de Finanças e Tributação – CFT, da Câmara dos Deputados; contratação de funcionários técnicos por meio de seleção para a reestruturação, reorganização e modernização do SINASEMPU.

A participação e a presença, ao lado dos servidores, defendida durante a campanha eleitoral para a Diretoria Nacional do SINASEMPU estão sendo colocadas em prática pela gestão Renovar é Preciso. A disponibilização pela primeira vez de transporte para os servidores, irem de seu local de trabalho para a Câmara dos Deputados, protestarem e se manifestarem pelo apoio a aprovação do PL 6697/09, é um dos exemplos desta conduta participativa. A presença e o apoio aos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público em seu pleito por reconhecimento de seus direitos como servidores do MPU foi crucial para a vitória dos colegas, e isto marca uma nova postura na condução do SINASEMPU.

Aposentados aguardam boas novas

Na tarde do dia 28 de abril, o plenário da Comissão Especial da PEC 555 foi tomado por aposentados e pensionistas do serviço público durante audiência. Além dos membros da comissão, também participou da mesa o secretário de Políticas de Previdência Social, do ministério da Previdência Social, Fernando Rodrigues da Silva. O representante do ministério deixou clara a oposição do Governo Federal à PEC 555 que extingue a contribuição previdenciária de 11% cobrada dos aposentados e pensionistas do serviço público.

A presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, marcou presença na audiência pública representando os servidores ativos e inativos do MPU, filiados ou não ao sindicato. “Queremos a aprovação da PEC 555! No meu entendimento isto é uma forma justa de distribuir renda é fazer chegar às mãos dos aposentados aquilo que lhes cabe por uma justa conquista. Os direitos dessa parcela da população são desrespeitados e é preciso mobilizar os servidores do MPU e toda a sociedade para garantir a aprovação da matéria o mais breve possível”, declarou Edilene

O deputado Luiz Alberto (PT/BA), relator da PEC na Comissão Especial, disse em entrevista a Agência Câmara de Notícias, “Esta foi a primeira audiência sobre o tema e ainda pretendemos conversar com várias entidades antes de redigir o relatório”. O parlamentar baiano ainda afirmou que pretende apresentar um relatório favorável a extinção da contribuição, mas que esta otimista em relação a aprovação ao seu parecer.

A próxima reunião da Comissão Especial da PEC 555 será realizada na quarta-feira, dia 5 de maio, a partir das 14h30.